

**1ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19  
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

Data:	05.08.2020 às 10:00
Local:	Sala de videoconferência, plataforma Cisco Webex Meetings
Participantes:	<p>-Juiz de Direito Marcelo Moreira, Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário;</p> <p>-Murilo Andrade, Secretário de Estado de Administração Penitenciária;</p> <p>-Defensor Público Bruno Dixon de Almeida Maciel, representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;</p> <p>-Juíza de Direito Mirella César Freitas, representante da Corregedoria-Geral da Justiça;</p> <p>-Claudia Gouveia, Coordenadora Estadual do Programa Justiça Presente – CNJ;</p> <p>-Maressa Proença, Assessora do CNJ;</p> <p>-Thais Muniz, Coordenadora-Executiva da UMF;</p> <p>-Advogada Ana Karolina de Carvalho Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão;</p> <p>-Sarah Valery Mano Queiroz, representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos;</p> <p>-Gerson Lélis, Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal de São Luís;</p> <p>-Luís Carlos dos Santos Cintra, Superintendente de Combate à Violência Institucional, representante da Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participações Popular;</p> <p>-Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira, representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;</p> <p>-Susan Lucena Rodrigues, representante da Secretaria de Estado da Mulher;</p> <p>-Raimundo Cesar de Souza Martins, representante da Frente Maranhense pelo Desencarceramento;</p>
Pauta:	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Apresentação dos membros do Comitê;</li><li>2) Aspectos relacionados à COVID nas unidades prisionais;</li><li>3) Visitas;</li><li>4) Inspeções virtuais/presenciais;</li><li>5) Disponibilização das portarias de prisão domiciliar;</li><li>6) Elaboração de minuta de trabalho;</li></ol>

**1ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19  
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

ATA DE REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de agosto de 2020, às 10:00 h, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, plataforma Cisco Webex Meetings, os participantes elencados na listagem acima, para debater as matérias postas. Em pauta: **1) Apresentação dos membros do Comitê; 2) Aspectos relacionados à COVID nas unidades prisionais; 3) Visitas; 4) Inspeções virtuais/presenciais; 5) Disponibilização das portarias de prisão domiciliar; 6) Elaboração de minuta de trabalho;** Fez abertura da 1ª reunião do Comitê COVID-19, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, destacando a importância da criação do Comitê para o acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19, por intermédio da Recomendação nº62/2020-CNJ, e que embora, antes mesmo da instituição do Comitê, o Estado Maranhão tratava, efetivamente, em reuniões realizadas pelo Grupo de Monitoramento Carcerário do Maranhão (GMF), das medidas de combate à pandemia, e oficialmente, a partir desta data, inicia-se os trabalhos do comitê; Em seguida, houve a apresentação dos membros do Comitê; Após, com a palavra o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, informou que a SEAP iniciou no dia 22/03 os procedimentos para evitar a propagação do COVID-19, a partir da Instrução Normativa e do Plano de Contingência, havendo nos meses subsequentes a alteração de ambos procedimentos para adequação ao contexto da pandemia e, também, em relação às atividades da Secretaria, com destaque para algumas ações internas realizadas, a exemplo da sanitização das unidades prisionais, distribuição de máscaras a todos os servidores e presos, disponibilização de pias para lavagem de mãos, bem como a prorrogação da suspensão das visitas. O Secretário informou que em relação aos números de servidores 09 (nove) estão com a doença, 463 (quatrocentos e sessenta e três) servidores já se encontram plenamente recuperados, 758 (setecentos e cinquenta e oito servidores) testados, e 09 (nove) óbitos. Quanto aos presos, 30 (trinta) casos ativos de internos infectados por COVID-19 e ainda em tratamento, 148 (cento e quarenta e oito) presos que testaram positivo e já se encontram recuperados, tendo sido registrado a ocorrência de 01(um)

**1ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19  
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

óbito por COVID-19. Em seguida, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, fez um questionamento ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, em relação às dificuldades relatadas pelos presos, em inspeção realizada em Pedrinhas, sob a supervisão do Dr. Márcio Brandão da 1ª VEP, para a realização de exames médicos e cirurgias eletivas de outras enfermidades, tendo este informado que tal problema tem sido afetado pela rede pública de saúde estadual, mas que o atendimento médico é realizado, normalmente, em todas as unidades prisionais pelo sistema de rodízio. Em relação ao item 3) Visitas; o Secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, informou que a Instrução Normativa 40/2020, retomou as visitas na capital, a partir de 03/08, com algumas restrições, a exemplo de horário e, também, sem contato físico. Quanto ao interior, a intenção é que se retorne a partir do dia 15/08, a depender da situação de cada município; Em seguida, com a palavra a Advogada Ana Karolina de Carvalho Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão mencionou sobre a suspensão das visitas presenciais, tendo o Secretário de Estado de Administração, Murilo Andrade, informado ter sido uma medida temporária e, que após a IN 40/2020 serão publicadas outras medidas permissivas; Em seguida, o representante da Frente Maranhense pelo Desencarceramento, Raimundo Cesar de Souza Martins, indagou sobre a limitação de 03 horas para cada visitante e o número de óbitos de servidores, tendo o Secretário de Estado de Administração, Murilo Andrade, informado ser questão procedimental as visitas presenciais e em relação ao número de óbitos de servidores ressaltou que a Secretaria tomou todas as medidas necessárias para evitar tais números; Após, com a palavra a representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira, indagou sobre a realização, inicialmente, de 60 testes, e também, sobre a disponibilização de 01 computador por unidade prisional, além da restrição de liberdade com relação a visita virtual assistida. Em resposta, o Secretário de Estado de Administração, Murilo Andrade, informou que em relação a testagem, embora tenha recebido 1500 testes do DEPEN, existe uma questão procedimental de tempo para a realização do teste, tendo priorizado de imediato o tratamento com base nos sintomas, a exemplo de medicação, exame de tomografia e, por

**1ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19  
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

último, a testagem. Em relação às visitas sociais, das 7.700 visitas cadastradas, 69% foram realizadas, o que representa um número de 5.329 visitas, e que apenas o advogado tem o direito à conversa reservada. E, quanto à quantidade de computadores foi feito um estudo de um equipamento para cada 300 internos e que existem unidades prisionais com três ou quatro computadores. Sobre o referido item da pauta, o representante da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Defensor Público Bruno Dixon de Almeida Maciel, informou da realização, antes da pandemia, de parceria com o DEPEN, com a execução do projeto assistência legal de monitoração da porta de entrada, acompanhamento processual e casos em que são concedidas liberdades provisórias e do projeto visita virtual com a doação de computadores às penitenciárias de São Luis, considerando que metade dos presos do Estado estão na capital e boa parte deles são do interior do Estado, o que facilitou a comunicação virtual com os familiares. Em relação ao item 4) Inspeções virtuais/presenciais, o Secretário de Estado de Administração, Murilo Andrade, informou que a Juíza de Direito Mirella Freitas, Titular da 2ª Vara de Itapecuru-Mirim, foi a primeira a realizar a modalidade de inspeção virtual no Estado e com a retomada das inspeções presenciais na capital solicitou o encaminhamento do relatório da inspeção realizada pela UMF e a 1ª VEP de São Luis, no mês de julho do corrente ano. Com a palavra, a representante da Corregedoria-Geral da Justiça, Juíza de Direito Mirella César Freitas, sugeriu o retorno presencial das visitas sociais, assistidas, bem como a atividades de humanização, a exemplo de educação e laborterapia, de forma gradativa e considerando o critério objetivo de índice de contágio oficial, divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde, permanecendo suspensas tais atividades nas unidades prisionais situadas em Municípios cujo índice seja superior a 1(um). Em seguida, com a palavra a Coordenadora Estadual do Programa Justiça Presente – CNJ, Claudia Gouveia, destacou o relevante trabalho de monitoramento, acompanhamento e fiscalização do sistema prisional do Estado, em cumprimento as Recomendações nº62 e 68/2020 do CNJ, a realização das visitas sociais, inspeções virtuais, destinação de penas pecuniárias ao combate à pandemia, tendo realizado o acompanhamento em relação aos dados de monitoração eletrônica, penas alternativas e, também, em relação ao índice de 30% de presos que foram beneficiados com a prisão domiciliar, por estarem no semiaberto ou por se enquadrarem no grupo de risco, o que representa mais de 3.000 casos de soltura. Em relação ao item 5) Disponibilização das portarias de prisão domiciliar, o representante da

**1ª Reunião do Comitê para acompanhamento das medidas de enfrentamento à Covid-19  
(Instituído pela PORTARIA-TJ – 20672020)**

Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Defensor Público Bruno Dixon de Almeida Maciel, sugeriu a disponibilização pela UMF das portarias de prisão domiciliar. Em seguida, com a palavra a representante da Corregedoria-Geral da Justiça, Juíza de Direito Mirella César Freitas, sugeriu a disponibilização do link do site da UMF para os demais integrantes do Comitê, por nele constar toda a regulamentação atualizada da UMF e CNJ, bem como todas as portarias baixadas pelos Juízes de Execução Penal do Estado e os formulários das inspeções virtuais, com os devidos registros fotográficos e resumo de atendimento de internos. Ressaltou, ainda, o suporte dado pela UMF aos Juízes da Execução Penal no sentido de reunir-se periodicamente a fim de ouvir as sugestões dos colegas sobre as medidas a serem adotadas, bem como, propiciar a troca de experiências e estímulo a divulgação e replicação das práticas exitosas por ventura desenvolvida em uma unidade por outras.

Finalizando a reunião, o Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, agradeceu a participação e presença de todos e informou que irá submeter a minuta do plano de trabalho no grupo do whatsapp.

Assim, de ordem Coordenador Substituto de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, o Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira, eu, Luciana Delfino Braga, Secretária Administrativa da UMF, matrícula 107771, redigi.